

Instituto Socioambiental

fonte: GM

class.: A 11

data: 13/6/95

pg.: A5

Denúncias em Rondônia

por Ana Florence
de São Paulo

O Fórum de Organizações Não Governamentais de Rondônia (ONG) vai enviar hoje ao Pánel de Investigações do Banco Mundial (BIRD), em Washington, um dossiê apontando uma série de irregularidades na autorização e no andamento do projeto de colonização do Rondônia Planaflo- ra, que recebeu um empréstimo da instituição de US\$ 167 milhões.

Essa é a primeira vez que o Pánel de Investigações do Banco Mundial – órgão independente que fiscaliza os empréstimos do BIRD, criado no fim do ano passado – irá receber uma denúncia de um projeto já em andamento. Os ambientalistas acusam o Banco Mundial de não respeitar uma série de pré-requisitos para a liberação do empréstimo e ainda de se omitir na supervisão, na avaliação e no monitoramento do projeto.

Citado freqüentemente como exemplo de projeto ambiental durante a Eco-92, quando foi aprovado, o Planaflo- ra foi criado com o objetivo de promover um modelo de desenvolvimento sustentado na região: respeitando as reservas extrativistas, recuperando áreas degradadas, dando apoio às comunidades locais – e criando unidades de conservação.

O pré-requisito básico seria, então, uma coerência entre essas metas e a política fundiária e de incentivos dos governos federal e Rondônia. Mas, para o grupo, justamente esse pré-requisito não foi respeitado. Enquanto o Planaflo- ra define áreas de proteção ambiental, o governo federal, por intermédio do Instituto

Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e o governo estadual agem sem qualquer coerência na apropriação e na desapropriação de terras e nas autorizações para o extrativismo local, afirmam as entidades.

“O Planaflo- ra está sendo desrespeitado desde sua premissa básica e os mesmos erros do passado no processo de colonização estão se repetindo”, disse o coordenador executivo do Projeto da Amazônia da entidade internacional Amigos da Terra (Friends of the Earth), Roberto Smeraldi.

Segundo o ambientalista, o Incra assentou cerca de 10 mil pessoas em zonas definidas pelo programa de proteção ambiental. Para ele, as áreas de zoneamento sócio-econômico-ecológico definidas pelo projeto, não passaram do papel.

Outras intenções teriam sido negligenciadas. Para a liberação do empréstimo deveria haver a assinatura de um convênio entre as entidades fiscalizadoras da região – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental (Sedam) e Pelotão Florestal. “Não houve nem acordo e muito menos fiscalização ambiental”, disse Smeraldi, que acusou os governos estadual e federal de negligência na fiscalização da exploração da madeira.

Do relatório constam também as tentativas das entidades locais de alertar o Banco Mundial quanto às irregularidades do projeto. Uma série de cartas enviadas aos diretores do banco foi anexada ao dossiê, justamente para provar

a base da acusação das ONG: a omissão na cobrança dos acordos contratuais do projeto.

O Planaflo- ra há muito tempo foi desacreditado pelas entidades locais, “afirmou o assessor técnico da Organização de Seringueiros de Rondônia, Edivan Pinto Rios.

REAÇÕES DO BANCO MUNDIAL

O Banco Mundial, por sua vez, negou as acusações. O representante do BIRD no Brasil, Dennis Mahar, disse que a denúncia de omissão na fiscalização e no monitoramento do projeto por parte do Banco Mundial “é completamente falsa”, informou Marco Antonio Monteiro, deste jornal.

Já o diretor de operações do BIRD no Cone Sul, Gorind Nankani, surpreso com a denúncia, garantiu que o banco destacou um funcionário encarregado de supervisionar o projeto, a partir de sua base em Cuiabá. “Além disso, a cada seis meses enviamos uma missão a Rondônia para realizar uma supervisão completa no projeto.”

Nankani considera que os problemas surgidos no projeto são de implementação, como os ocorridos em julho de 1994, quando algumas atividades econômicas foram promovidas nas áreas ecológicas, embora os desembolsos sejam iguais e simultâneos para as duas atividades.

O diretor de operações do BIRD reconheceu que esse é um projeto de difícil consecução, porque há muitos interesses numa área de fronteira, onde existem muitos recursos naturais, a exemplo de madeira e possivelmente minérios.